

## 10 O português de Moçambique: problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa

*Perpétua Gonçalves, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo*

### **Das Portugiesische von Mosambik: Probleme und Grenzen der Standardisierung einer nicht-muttersprachlichen Varietät**

Dieser Artikel stellt die Situation des Portugiesischen Mosambiks (PM), einer in einem durch Mehrsprachigkeit gekennzeichneten Kontext aufkommenden nicht-muttersprachlichen Varietät, im Hinblick auf die Herausbildung eines eigenen Standards dar. Zuerst wird die Dynamik der Verbreitung des Portugiesischen in diesem afrikanischen Land vorgestellt. Anschließend behandelt der Beitrag die Haltung von Sprachwissenschaftlern einerseits und der mosambikanischen Gesellschaft andererseits im Hinblick auf die allmähliche *Nativisierung* des Portugiesischen in Mosambik. Dabei werden auch die Erscheinungen der deskriptiven Norm dargestellt, die Teil einer zukünftigen präskriptiven Norm des mosambikanischen Portugiesisch werden könnten. Abschließend werden Probleme und Grenzen bestimmt, die sich bei der Standardisierung des PM ergeben, und Ansätze vorgestellt, die zur Durchsetzung des Standardisierungsprozesses in nicht zu ferner Zukunft beitragen könnten.

**KEYWORDS:** interlíngua; nativização; norma descritiva; norma prescritiva; padronização

#### 10.1 Introdução

É sabido que a escolha de uma norma prescritiva é determinada fundamentalmente por factores extra-linguísticos (sociais, políticos, históricos, comunicativos), e que nada, do ponto de vista estritamente linguístico, leva a que uma determinada variedade seja preferida a uma outra. Por essa razão, os linguistas adoptam frequentemente uma atitude de “abstinência linguística” (Coulmas 1989) face às questões da padronização, preferindo ficar neutros em relação à avaliação do que é “bom” ou “mau” uso de uma língua.

Se a abstinência dos linguistas é justificável no que se refere ao papel que possam ter na selecção de uma norma padrão específica, o mesmo não se pode dizer relativamente à contribuição que podem dar no processo de padronização linguística, que requer informação de natureza técnica e formal que só eles estão em condições de fornecer.

É neste quadro que se situa o presente artigo, no qual discutirei – como linguista – problemas e limites que se colocam à padronização do Português de

Moçambique (PM), escolhido como língua oficial e de “unidade nacional” a partir da independência em 1975.

O PM constitui uma variedade não-nativa do Português, ainda não normatizada, que está emergindo num contexto multilingue, onde a maior parte das línguas maternas dos falantes pertencem à família bantu. Em países multilingues, pós-coloniais, a gestão da normatização das variedades não-nativas envolve uma gama variada de questões, linguísticas e extra-linguísticas, que tornam este processo complexo e delicado. Isto deve-se, em primeiro lugar, ao facto de, neste tipo de contextos, as línguas ex-coloniais apresentarem um amplo espectro de variação, que inclui desde as subvariedades basilectais dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo/L2, mais distantes do padrão europeu – adoptado em geral como norma de referência – até às subvariedades acrolectais, mais próximas desse padrão dos falantes expostos a um *input* mais estruturado, normalmente por via instrucional.<sup>1</sup>

A existência de formas linguísticas não-padrão desencadeia diversas atitudes e sentimentos por parte dos falantes das comunidades em que as variedades não-nativas emergem. Com efeito, face ao processo de “nativização”<sup>2</sup> (Kachru 1982), que decorre da sua situação de línguas não-maternas, os membros destas comunidades ora adoptam atitudes de rejeição ora reconhecem a sua legitimidade. Como refere Firmino (2001: 219), a questão da normatização das variedades não-nativas está relacionada crucialmente com o seu estatuto ontológico, podendo as manifestações linguísticas da nativização ser encaradas quer como “modelos deficientes de aquisição” ou mesmo como “aberrações linguísticas” (Kachru 1986), quer como desvios criativos que surgem da apropriação das línguas ex-coloniais por novas comunidades.

Kachru (1986: 90–91) considera, nesta perspectiva, que se podem distinguir três fases históricas na evolução das atitudes dos falantes relativamente às novas variedades locais de línguas ex-coloniais. Assim, depois de uma primeira fase, em que não há qualquer reconhecimento das suas propriedades específicas, segue-se um estágio em que estas variedades são já reconhecidas mas é sempre “uma outra pessoa” que as usa. Finalmente, atinge-se um estágio em que se desenvolve uma controvérsia entre aqueles que defendem uma norma local e os que preferem o padrão “exo-normativo” adoptado na antiga metrópole.

Dado este quadro geral da normatização de variedades não-nativas de línguas ex-coloniais, várias questões podem ser colocadas relativamente à situação específica da língua portuguesa em Moçambique:

<sup>1</sup> Cf. Muysken & Smith (1995) sobre a existência de um *continuum* de formas de fala nas línguas crioulas, variando de um extremo do espectro (o “basilecto”) através de estágios intermediários (variedades “mesolectais”) até à língua lexificadora (o “acrolecto”).

<sup>2</sup> Este termo designa o processo de aculturação através do qual uma língua se torna próxima do contexto sociocultural de países pós-coloniais.

- Em que fase histórica se encontra relativamente ao reconhecimento pelos seus falantes das mudanças já operadas no seu sistema linguístico?
- Qual o grau de aceitação dessas mudanças pela comunidade?
- Caso se queira adoptar um padrão endo-normativo do PM, existe já informação sobre os traços mais salientes assim como sobre a sua frequência e sistematicidade?

Em suma, que problemas e limites se colocam à padronização do PM? Que respostas e soluções podem ser já apontadas tendo em vista o desencadeamento do processo da sua padronização?

Neste artigo, procurar-se-á dar resposta a algumas destas questões, apresentando em primeiro lugar a dinâmica do processo de implantação do Português em Moçambique (secção 2). Em seguida, far-se-á o ponto de situação sobre o estágio actual do conhecimento sobre as suas propriedades específicas (secção 3). Na secção 4, serão apontadas algumas linhas de investigação que poderão suportar empiricamente a gestão do processo de padronização do PM.

## 10.2 A selecção da norma do PM

### 10.2.1 (Breve) história da língua portuguesa em Moçambique

De um modo geral, admite-se que a padronização linguística compreende vários estágios, que vão desde a fase de selecção da norma até à fase da sua codificação em dicionários e gramáticas (prescritivas). O desencadeamento deste processo depende de factores históricos e políticos de natureza diversa. No que se refere mais particularmente ao PM, pode dizer-se que este processo ainda não começou, embora, como se verá a seguir, vários indicadores mostrem que foi já realizada uma reflexão relativamente amadurecida, por políticos, intelectuais e linguistas, que poderia permitir dar início à primeira fase deste processo, de “selecção da norma”. O relativo atraso no processo de padronização do PM decorre da própria história desta língua em Moçambique, onde ressalta o facto de, até à primeira metade do século XX, este país ter ocupado uma posição periférica no conjunto das colónias portuguesas. Com efeito, embora os portugueses tenham chegado pela primeira vez a Moçambique em finais do século XV (1498), só a partir da segunda metade do século XIX é que esta região ficou sob o controlo militar do governo colonial, e só em 1930 foi definida uma política educacional que traçou as grandes linhas do ensino oficial nesta colónia, em que o Português é estabelecido como única língua de instrução.<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Note-se que em finais do século XIX (1890) havia uma única escola primária em todo o país, e que em meados do século XX (1945) o total de escolas primárias era apenas de 96 (cf. Mateus 1999: 212).

#### PADRONIZAÇÃO DE UMA VARIEDADE NÃO-NATIVA

Dado este quadro histórico, na altura da independência, a percentagem de falantes de Português era muito baixa (cerca de 25 %), sendo quase inexistentes os falantes de Português como língua materna (L1). Só a partir desta data é que se desencadeou um processo de ampla difusão e valorização da língua portuguesa. Como consequência, não só aumentou consideravelmente o número dos seus falantes como se alargaram os domínios da sua utilização, passando a ser usado não só em situações formais e oficiais como também em contextos mais informais. O Quadro 1 fornece dados quantitativos sobre este aumento do número de falantes de Português, como L1 e L2, no pós-independência (período compreendido entre 1980 e 1997, anos em que foram realizados Censos populacionais).

Falantes	1980	1997
Falantes de Português/L1	1,2 %	3 %
Falantes de Português/L2	24,4 %	40 % <sup>4</sup>
Falantes L1 e L2	25,6 %	43 %

Quadro 1. Falantes de Português em Moçambique

Como se pode ver, num período de menos vinte anos, quase triplicou o número de falantes de Português/L1, e quase duplicou o número de falantes de Português/L2.

Em síntese, embora a língua portuguesa tenha uma história de mais de cinco séculos em Moçambique, a sua nativização é muito recente. Pode dizer-se que este processo começou verdadeiramente no pós-independência, e que foi ao longo destes últimos trinta anos que foram surgindo, de forma mais sistemática e consistente, um novo vocabulário e traços gramaticais distintos (fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintácticos), assim como novos modelos retóricos e discursivos.

Note-se que, embora o padrão europeu constitua a norma oficialmente tomada como referência, desde os primeiros anos do pós-independência que políticos e intelectuais estiveram atentos à nativização da língua portuguesa em Moçambique. As (poucas) declarações públicas oficiais sobre esta questão são assim unânimes relativamente à necessidade de adaptação do português à nova realidade moçambicana.<sup>5</sup> Esta abertura à transformação do Português chega mesmo a aparecer associada a uma preocupação com a sua normatização:

<sup>4</sup> Esta percentagem constitui uma estimativa, baseada no Censo de 1980 (cf. Lopes 1999).

<sup>5</sup> Veja-se o discurso de abertura do Ministro de Educação e Cultura, Graça Machel, no "Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua portuguesa" (Maputo, 1979, não publicado), o discurso de Samora Machel (1980) aos estudantes moçambicanos em Cuba

É indispensável que se estabeleça uma norma uniformizada para o Português de Moçambique. A definição da norma, necessariamente flexível, servirá, por um lado, para evitar uma fragmentação eventual, sem, no entanto, bloquear as transformações naturais que se vão verificando.<sup>6</sup>

### 10.2.2 A selecção da norma prescritiva

Como foi referido, as propriedades do PM que resultam da sua nativização distribuem-se ao longo de um *continuum* polilectal, encontrando-se no extremo basilectal as subvariedades de falantes com baixa escolaridade, o chamado Português “truncado” (Lopes 1997), “pidginizado” (Dias 2002b) ou “barato” (Firmino 2001). No extremo acrolectal está a variedade educada ou “cara” (Firmino 2001), mais próxima do Português europeu (PE), e falada maioritariamente pela elite urbana com um nível de instrução mais elevado.<sup>7</sup>

De um modo geral, os linguistas que já se pronunciaram sobre a normatização do PM, apresentam argumentação diversificada, e nem sempre unânime, sobre esta questão. Lopes (1997: 45), por exemplo, considera que é a variedade educada que deve ser institucionalizada, por ser “relativamente estável e suficientemente adequada”, fundamentando a sua posição em razões de ordem linguística (“o dialecto educado muda mais lentamente do que outros dialectos”), sócio-política (“o dialecto educado é sinal de identificação com uma sociedade tecnológica e serve o objectivo da interacção internacional”) e comunicativa (“as instituições precisam de se dirigir a um público para além das várias comunidades dialectais”).

Firmino (2001: 195) distancia-se desta visão elitista da normatização das variedades não-nativas, considerando que estas estão “para além das elites e das práticas coloniais”. Defende assim que o que importa não é apenas o conhecimento e uso do Português pelos falantes moçambicanos educados, mas também “o uso de formas *específicas* do Português” (meu cursivo). Tendo em vista validar empiricamente esta posição, o autor realizou um inquérito-amostragem junto de residentes de Maputo com profissões “de prestígio”, através do qual procurou conhecer, entre outros aspectos, as suas atitudes e pontos de vista em relação ao uso da língua portuguesa em Moçambique. Entre os resultados alcançados, constatou que os inquiridos:

mostraram desprezo pela forma de falar o Português como um português, não porque a gramática europeia deva ser renegada mas, antes, partindo de uma consciência

---

ou ainda o documento produzido pela Secretaria de Estado da Cultura (1983).

<sup>6</sup> Cf. o documento sobre “O sistema nacional de educação e a situação multilingue do país”, apresentado no “Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua portuguesa” (Maputo, 1979, não publicado; autores não indicados).

<sup>7</sup> Para Dias (2002b), este *continuum* de variação é constituído por três subvariedades: “pidginizada”, “misturada” e “normatizada”.

da emergência de formas distintas de manipular a língua, que merecem ser tomadas em conta nos seus próprios termos e apreciadas em conjunto com a afirmação da moçambicanidade (Firmino 2001: 192).

Como sublinha Firmino (2001: 193), para estes inquiridos, a forma moçambicana de falar Português é construída sobretudo a partir de “características paralinguísticas e discursivas, como é o caso do sotaque”.<sup>8</sup>

Tanto este autor como Lopes (1997) alertam para o facto de não serem apenas as diferenças estruturais que devem ser tomadas em consideração no processo de nativização do PM, mas também as novas estratégias retóricas ou os “dispositivos discursivos por meio dos quais os actores sociais concebem e interpretam os significados referenciais e sociais”. (Firmino 2001: 256).

Ainda no quadro da selecção do tipo de desvios a incorporar na (futura) norma prescritiva do PM, Stroud (1997: 27), que defende a adopção do padrão educado, alerta para alguns constrangimentos derivados da situação de L2 do PM, visto que ela implica que os falantes tenham diferentes graus de domínio desta língua. Este autor faz notar que os próprios falantes educados utilizam “elementos fossilizados, não padronizados, de anteriores estágios de aquisição” desta L2, e por essa razão, é necessário distinguir entre “formas de linguagem *consistentes*, estilisticamente criativas, em oposição a desvios à norma europeia que são erros do aprendente, de *carácter idiossincrático ou temporário*” (meu cursivo). Assim, considera que, antes de dar início à padronização do PM, é necessário realizar um amplo trabalho descritivo desta variedade de língua que permita discernir entre estes dois tipos de desvios. A problemática do “erro” é abordada por este autor num sentido cognitivo, no quadro do desenvolvimento linguístico de aprendentes de uma L2, que passam naturalmente por diferentes estágios de conhecimento da gramática da língua-alvo/L2. Por outras palavras, não se trata de uma avaliação prescritiva do “erro”, mas de um alerta para decisões normativas que não tomem em consideração que há propriedades do PM que são transitórias, visto que resultam da não exposição dos aprendentes a dados suficientemente robustos. No caso de esses dados serem providenciados, tais propriedades podem desaparecer, tornando assim inválida a sua escolha como parte da norma do PM.

Em síntese, pode dizer-se que, para os linguistas que já se pronunciaram sobre a questão da “selecção da norma” do PM, a variedade educada aparece como candidata preferencial, desde que salvaguardadas algumas condições. Assim, em primeiro lugar, sugere-se que as especificidades a incorporar na futura norma padrão não têm necessariamente de ser produzidas apenas por falantes educados/instruídos (Firmino 2001). Em segundo lugar, considera-se que o padrão moçambicano do Português deve integrar não apenas traços linguísticos em sentido estrito, mas também elementos da retórica e dos modelos discursivos característicos

<sup>8</sup> Note-se que a pronúncia pode não ser tomada em consideração na padronização de uma língua. Veja-se o caso do Inglês padrão, que é caracterizado relativamente à sua gramática e vocabulário, mas não quanto à pronúncia (Trudgill 1983 [1974]).

desta comunidade de falantes (Firmino 2001; Lopes 1997). Por fim, alerta-se para a necessidade de distinguir entre traços temporários, que resultam de um processo incompleto de aquisição, e formas linguísticas consistentes, estilisticamente criativas, que emergem no quadro de uma ecologia linguística distinta daquela em que as variedades nativas da mesma língua são faladas (Stroud 1997).

### 10.3 O português de Moçambique

#### 10.3.1 Panorama geral dos estudos sobre a norma descritiva

O estabelecimento de um padrão para uma dada língua, ou melhor, a adopção de uma “norma prescritiva” destinada a ser aplicada a todos os usos da língua em todos os momentos requer o conhecimento da chamada “norma descritiva”, que se refere a traços ou formas linguísticas que a maior parte dos falantes usa normalmente (cf. McGroarthy 1996). Referindo-se à emergência do *Black South African English*, Der Walt e Van Rooy (2002: 125) destacam que não basta constatar que uma variedade não-nativa se encontra numa fase de “libertação e expansão”, é também necessário dar conta das suas propriedades específicas assim como da sua frequência e sistematicidade.

No que diz respeito ao PM, até ao momento presente, não foi empreendido um estudo que tivesse como alvo apoiar, do ponto de vista linguístico, o processo da sua normatização e, mais particularmente, providenciar uma descrição da variedade educada.<sup>9</sup> Isto deve-se muito provavelmente ao carácter recente da implantação social desta língua em Moçambique, já aqui referido, que tem como consequência que a investigação sobre esta variedade tenha igualmente uma história recente. Embora actualmente já se disponha de um considerável número de estudos sobre o PM, quer seja no quadro da linguística descritiva, quer seja no quadro da linguística aplicada, há ainda muitas lacunas de informação que dificultam a gestão da sua padronização. Num estudo panorâmico da pesquisa já realizada sobre o PM, Maciel/Pascoal (2002) recensaram cerca de 150 títulos, que incluem desde livros e artigos já publicados, até teses de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento não publicadas.<sup>10</sup> As autoras mostram que há já um acervo importante de trabalhos sobre propriedades morfológicas, lexicais, e sobretudo sintácticas do PM, assim como sobre erros de aprendentes de Português/L2, metodologias de ensino-aprendizagem desta língua em Moçambique, e ainda sobre questões de variação.

<sup>9</sup>Veja-se, por exemplo, o “Projecto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil” (NURC, 1968), que teve como objectivo documentar e descrever a norma objectiva do Português falado culto das principais comunidades urbanas do Brasil.

<sup>10</sup>As primeiras publicações datam dos anos sessenta. Cf. Companhia de Jesus (1963), Cabral (1964), Penicela (1967).

### 10.3.2 A norma descritiva do PM

Apesar de existir já uma pesquisa considerável sobre a norma descritiva do PM, são ainda quase inexistentes os estudos sobre fenómenos da área da fonética, da fonologia e da semântica, assim como sobre estratégias retóricas e discursivas típicas do PM. Estas lacunas de informação impedem que, no momento actual, se estabeleça um conjunto dos traços representativos do processo de nativização do PM. Contudo, sabendo que existem já algumas descrições (parciais) da gramática e do léxico do PM, serão aqui apresentados alguns dos traços que poderiam ser escolhidos como parte do padrão (educado).<sup>11</sup>

No que se refere à área do léxico, pode afirmar-se que, de um modo geral, quer se trate de empréstimos ou de inovações formais e semânticas com base no PE, no momento presente são poucos os neologismos plenamente incorporados no léxico do PM, para além daqueles que já eram reconhecidos e usados no tempo colonial. Além disso, como afirma Mendes (2000: 17), a maior parte dos neologismos não são “criações inovadoras sob o ponto de vista formal”, tratando-se antes da “aquisição de novos semas pelas unidades lexicais”.<sup>12</sup> Os fenómenos mais salientes na área do léxico situam-se na interface deste com a sintaxe, afectando basicamente a regência dos complementos de verbos de diversas classes sintácticas. Assim, em primeiro lugar está a tendência para a transitivização de verbos que regem argumentos preposicionados, com a função sintáctica de oblíquo (cf. *bater alguém* (PM) vs *bater em alguém* (PE)) ou com a função de objecto indirecto (cf. *dar alguém alguma coisa* (PM) vs *dar alguma coisa a alguém* (PE)). Em segundo lugar, pode referir-se a tendência para reger pela preposição *a* os complementos com o traço [+ humano], com a função de objecto directo no PE (cf. *elogiar a alguém* (PM) vs *elogiar alguém* (PE)). Por último, pode apontar-se a tendência a reger pelas preposições *de* e *para* complementos oracionais que no PE não requerem esta preposição (cf. *dizer de que...* (PM) vs *dizer que...* (PE), ou *ordenar para que...* (PM) vs *ordenar que...* (PE)).

A nível da sintaxe do PM, sobressai a tendência a adoptar a ênclise como padrão de ordem dos pronomes pessoais em orações subordinadas (cf. *quando casou-se...* (PM) vs *quando se casou...* (PE)). Além disso, também se registam orações relativas com uma estrutura desviante relativamente ao padrão europeu, que decorrem ou da estratégia resumptiva (cf. *o professor que me refiro...* (PM) vs *o professor a que me refiro* (PE)) ou da estratégia cortadora (cf. *a pessoa que*

<sup>11</sup> Para uma visão panorâmica do PM, não restrita a traços da variedade educada, veja-se Gonçalves (2001).

<sup>12</sup> Note-se que actualmente existe já um número considerável de recolhas de “neologismos de língua” (ou lexicais) e de “neologismos de discurso” produzidos no discurso oral e escrito por falantes de diversos extractos sociais (cf. Mendes 2000; Lopes *et al.* 2002; Dias 2002a), faltando contudo uma análise que dê conta dos principais fenómenos (morfológicos ou outros) operados na criação deste novo léxico.

*viajei com ela...* (PM) vs *a pessoa com quem viajei...* (PE)). Por fim, pode referir-se o mecanismo de encaixe do discurso citado, que é introduzido pela conjunção *que*, usada no PE como introdutora do discurso citado (cf. *declarou que estou muito cansado* (PM) vs *declarou que estava muito cansado* ou *declarou: "Estou muito cansado"* (PE))

Quanto aos desvios na área da morfossintaxe, sobressai o uso do pronome dativo associado à posição de objecto directo (cf. *encontrei-lhe na praia* (PM) vs *encontrei-o na praia* (PE)) e o uso do infinitivo flexionado em estruturas que, de acordo com a norma europeia, não requerem a sua flexão (cf. *propomos falarmos com ele* (PM) vs *propomos falar com ele* (PE)).

Ainda que as propriedades acima descritas ocorram com alguma frequência no discurso de falantes educados – podendo assim vir a integrar o repertório de uma futura norma culta do PM – é importante destacar que elas apresentam ainda carácter instável. Esta instabilidade, que decorre da situação de L2 do Português, manifesta-se de diversas formas. Em primeiro lugar, verifica-se que podem co-ocorrer no discurso de um mesmo falante formas desviantes e formas que seguem a norma gramatical do PE (Ribeiro 1996). Em segundo lugar, verifica-se que os desvios à norma europeia não são sistemáticos visto que nem todos os falantes partilham as mesmas regras gramaticais.<sup>13</sup> Uma última evidência desta instabilidade reside na falta de coerência entre as produções linguísticas espontâneas dos falantes e os juízos de gramaticalidade que emitem sobre frases do PM (Gonçalves 1996).<sup>14</sup>

Em suma, pode dizer-se que, no momento actual, o PM está numa fase de “variância ainda não consolidada” (Carvalho 1991), tornando-se difícil estabelecer uma comunidade de falantes que partilhem, de forma estável, a mesma gramática do Português.

#### 10.4 Problemas e limites da padronização

Ao longo desta apresentação de aspectos da formação da variedade moçambicana do Português assim como de algumas das suas propriedades mais salientes, foi possível constatar alguns problemas e limites que se colocam actualmente à sua padronização. Entre os principais problemas já detectados, foi aqui destacada em primeiro lugar a existência de um *continuum* de variação do PM, que torna mais complexa a escolha dos seus traços mais representativos. Em seguida, foi mencionada a dificuldade em distinguir entre os fenómenos temporários, próprios da interlíngua dos aprendentes de uma L2, e os desvios à norma europeia

<sup>13</sup> Por exemplo, de um conjunto de 40 inquiridos, só 50% suprimem o reflexivo não causativo em verbos como *sentar-se* ou *atrasar-se* (cf. Gonçalves 1990).

<sup>14</sup> Por exemplo, quando submetidos a procedimentos experimentais, sujeitos com um nível de instrução superior classificam como agramaticais frases do mesmo tipo das que eles próprios produziram anteriormente no discurso espontâneo.

produzidos de forma mais consistente pelos falantes do PM. Por fim foi referida a instabilidade dos desvios à norma europeia que se exhibe mesmo no discurso de falantes educados.

A tomada de decisão sobre este tipo de questões requer uma investigação que permita apoiar empiricamente a implementação do processo de padronização do PM num prazo não muito distante. Sem pretender traçar aqui um programa que dê conta de todas estas questões, serão aqui apresentadas algumas perspectivas que se abrem actualmente à pesquisa nesta área.

Conforme foi referido, a escolha de um padrão linguístico requer o conhecimento da norma descritiva, a qual inclui não só a gramática e o vocabulário de uma língua como as estratégias retórico-discursivas usadas pelos seus falantes. No que respeita a descrição do PM, há a necessidade não só de realizar estudos sobre áreas quase desconhecidas (como é o caso da fonética, da fonologia, da semântica e ainda da retórica do discurso), mas também de aprofundar o conhecimento de áreas para as quais já existe um *corpus* relativamente rico sem a devida contraparte investigativa (como é o caso do léxico do PM, sobre o qual já está disponível uma base empírica ampla).

Além disso, quer se trate de áreas da gramática e do léxico do PM já parcialmente descritas (como é o caso da morfologia, da sintaxe e de fenómenos de interface léxico-sintaxe), quer se trate de áreas menos estudadas, em nenhum dos casos se dispõe de um *corpus* representativo da comunidade de falantes de Português a nível nacional. Sendo Moçambique um país multilingue, onde são faladas como línguas maternas mais de vinte línguas bantu, a selecção de uma norma nacional requer que se trabalhe com uma base empírica produzida, pelo menos, por representantes das línguas bantu mais faladas no país.<sup>15</sup>

Constitui igualmente uma área ainda aberta à investigação a distribuição social dos traços que se apresentam como candidatos a uma futura norma do PM. Este tipo de informação, sociolinguística, pode ter um carácter decisivo na selecção da futura norma do PM. Como refere Mesthrie (1992: 46), falando sobre o *South African Indian English*, o que identifica os vários lectos do *continuum* de variação desta variedade do Inglês é “a frequência de ocorrência, mais do que a presença ou ausência de um traço” (meu cursivo).<sup>16</sup> Os estudos já realizados nesta perspectiva são ainda dispersos e pouco abrangentes. Por exemplo, Moreno/Tuzine (1997) constataram que os falantes mais escolarizados e com profissões médias

<sup>15</sup> Estão neste caso, por exemplo, a língua macua (falada por cerca de 25 % da população), e as línguas sena e changane (ambas faladas por cerca de 11 % da população).

<sup>16</sup> Pode considerar-se que esta constatação é igualmente válida para as diferentes variedades geográficas de uma mesma língua. Por exemplo, no que se refere ao Português, há traços que estão atestados nas diferentes variedades desta língua, variando apenas a sua frequência no discurso dos falantes. Veja-se, a título de exemplo, o fenómeno do dequeísmo, ou as alterações que afectam o pronome pessoal acusativo ou ainda o recurso às estratégias resumptiva e cortadora na estruturação de orações relativas.

realizam uma baixa percentagem de desvios na concordância verbal e nominal assim como no uso dos pronomes pessoais reflexos. Estes resultados mostram que, embora presentes no discurso de falantes do PM, estes desvios não podem ser considerados típicos da variedade educada.

Ainda numa perspectiva sociolinguística, pode assinalar-se a falta de estudos abrangentes sobre atitudes e percepção da norma por parte da sociedade moçambicana. O estudo de Firmino (2001), já aqui mencionado, apesar do inegável interesse dos resultados alcançados, baseou-se numa amostra muito reduzida – apenas residentes da cidade de Maputo, com profissões de prestígio – não permitindo ter uma visão geral sobre a(s) norma(s) preferida(s) pelos membros da comunidade de falantes de Português a nível nacional.

Enquanto não se dispõe de informações sistemáticas sobre as várias questões atrás assinaladas, os falantes de Português em Moçambique, e sobretudo os professores, têm de encontrar formas de lidar com as “contradições” existentes entre a norma europeia, oficialmente preconizada como alvo, e as diversas normas locais emergentes. Os professores têm acima de tudo de estar preparados para acolher as variantes mais estigmatizadas que os alunos levam para o meio escolar, de forma a garantir que as estratégias desenvolvidas por estes no processo de aquisição do Português como L2 não sejam rejeitadas, apenas pelo facto de não terem conduzido à convergência com a norma europeia.

Como nota Stroud (1997: 29), estas variantes constituem “formas de identidade social, convenções e valores” que não podem ser ignoradas pelas instituições escolares. Muito provavelmente, num futuro não muito distante, alguns dos traços dessas variantes serão seleccionados como parte da norma do PM, transformando-se assim em alvo para os membros da comunidade de falantes desta língua em Moçambique.

#### Referências

- Cabral, Augusto (1964): *Vocabulário*. Lourenço Marques: Edição do Autor.
- Carvalho, Maria José (1991): *Aspectos sintáctico-semânticos dos verbos locativos no português oral de Maputo*. Lisboa: I.C.A.L.P./Angolê-Artes e Letras.
- Companhia de Jesus (1963): *Dicionários Cinyanja-Português [e] Português-Cinyanja*. Lisboa: Junta da Investigação do Ultramar.
- Coulmas, Florian (1989): “Democracy and the crisis of normative linguistics”. Em: Florian Coulmas (ed.): *Language adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, 177–193.
- Der Walt, Johann / Bertus Van Rooy (2002): “Towards a norm in South African Englishes”. *World Englishes* 21/1, 113–128.
- Dias, Hildezina (2002a): *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Edição da Autora.
- (2002b): *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia.
- Firmino, Gregório (2001): *A “questão linguística” na África pós-colonial: o caso do português*

- e das línguas autóctonas em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Gonçalves, Perpétua (1990): *A construção de uma gramática do português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Lisboa: Universidade de Lisboa; tese de doutoramento inédita.
- (1996): *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- (2001): “Panorama geral do português de Moçambique”. *Revue Belge de Philologie et d’Histoire* 79, 977–990.
- Kachru, Braj (1982): “Models for non-native Englishes”. Em: Braj Kachru (ed.): *The other tongue: English across cultures*. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press, 31–57.
- (1986): *The alchemy of English: the spread, functions and models of non-native Englishes*. Oxford: Pergamon Press.
- Lopes, Armando (1997): *Política linguística: princípios e problemas*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- (1999): “The language situation in Mozambique”. Em: Robert Kaplan / Richard Baldauf Jr. (eds.): *Language Planning in Malawi, Mozambique and the Philippines*. Clevedon: Multilingual Matters, 86–132.
- Lopes, Armando / Salvador Siteo / Paulino Nhamuende (2002): *Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- Maciel, Carla / Joaquina Pascoal (2002): “Produção científica sobre o português de Moçambique”. Em: Armindo Ngunga / Samima Patel / Inocêncio Pereira / Aurélio Simango (eds.): *Investigação em ciências sociais e humanas: situação actual e perspectivas*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 71–93.
- Machel, Samora (1980): “Estudantes moçambicanos em Cuba: símbolo da dimensão universal da revolução. Vocês estão em Cuba para serem quadros da Revolução, Presidente Samora Machel”, *Tempo* (Maputo) 517 (7 de Setembro 1980), 34–41.
- Mateus, Dalila (1999): *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- McGroarthy, Mary (1996): “Language attitudes, motivation, and standards”. Em: Sandra McKay / Nancy Hornberger (eds.): *Sociolinguistics and language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 3–46.
- Mendes, Irene (2000): *O léxico no português de Moçambique: aspectos neológicos e terminológicos*. Maputo: Promédia.
- Mesthrie, Rajend (1992): *English in language shift: the history, structure and sociolinguistics of South African Indian English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moreno, Albertina / António Tuzine (1997): “Distribuição social de variáveis linguísticas no português oral de Maputo”. Em: Stroud/Gonçalves (eds.), 71–91.
- Muysken, Pieter / N. Smith (1995): “The study of pidgin and creole languages”. Em: Jacques Arends / Pieter Muysken / N. Smith (eds.): *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam: Benjamins, 3–14.
- Penicela, Alneida (1967): *Subsídios para o estudo da português falado por alguns nativos do sul de Moçambique*. Lisboa: Universidade de Lisboa, tese de licenciatura, inédita.
- Ribeiro, Fátima (1996): “Moçambique, Março de 1995: o português da imprensa”. Em: Fátima Ribeiro / António Sopa (eds.): *140 anos de imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 253–280.
- Secretaria de Estado da Cultura (1983): “Contribuição para a definição de uma política linguística na República Popular de Moçambique”. Maputo: Secretaria de Estado da

PERPÉTUA GONÇALVES

- Cultura; documento inédito.
- Stroud, Christopher (1997): "Os conceitos linguísticos de 'erro' e 'norma'". Em: Stroud/ Gonçalves (eds.), 9-35.
- Stroud, Christopher / Perpétua Gonçalves (eds.) (1997): *Panorama do português oral de Maputo*. Vol. II: *A construção de um banco de "erros"*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- Trudgill, Peter (1983 [1974]): *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. Harmondsworth: Penguin Books.